



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 715/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10939/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Guimaro Monteiro de Miranda, Presidente.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 01/2014 (fls. 273/297)

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2029/2014-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 298/304)

8- Relatora: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã. Exercício de 2013.

Contas regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Determinação a atual gestão. Notificar ao gestor.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1. Julgar Regulares com Ressalvas as Contas Anuais da Câmara Municipal de Sebastião do Uatumã, referente ao exercício de 2013, sob responsabilidade do Sr. Guimaro Monteiro de Miranda, Presidente e ordenador de despesas da casa legislativa nos termos do art. 22, II e art. 24, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE) c/c o art. 188, II, §1º, II da Resolução nº 04/2002–RI/TCE, considerando as ocorrências das restrições constantes nesta instrução;

9.2. Aplicar multa ao Sr. Guimaro Monteiro de Miranda, Presidente e ordenador de despesas da Câmara Municipal de São Sebastião do Uatumã, à época, no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 53, parágrafo único da Lei nº 2.423/1996 –LO/TCE c/c art. 308 *caput*, pelas impropriedades apuradas e descritas no item 10 e seguintes do Relatório/Voto;

9.3. Determinar à atual gestão da casa legislativa municipal, que observe estritamente:

a) Apresentação do livro tombo atualizado, quando da Inspeção “in loco”;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 715/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

b) Quanto à elaboração e realização de seus processos licitatórios, que seja formalizado de acordo com a determinação constante da Lei nº 8.666/93;

c) Além de publicar no Quadro de Avisos da Câmara faça também à publicação Relatório de Gestão Fiscal, no meio de comunicação de amplo acesso ao público de acordo com a determinação constante da nos arts. 48 e 55, § 2º da LRF;

d) Nas futuras notas de empenhos, conste a modalidade o número de licitação realizada;

9.4. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

9.5. Notificar o Sr. Guimaro Monteiro de Miranda, Presidente e ordenador de despesas da casa legislativa de São Sebastião do Uatumã, com cópia do Relatório/voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso.

9- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 11 de dezembro de 2014.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral